TRIVIIS
Anais de **Conferências** e **Mesas de Debates** do
Seminário Internacional de Pesquisas
em **Midiatização** e Processos Sociais

DO "TEMPO REI" ÀS MÚLTIPLAS (DE) FORMAÇÕES DE SENTIDOS SOBRE DITADURA E DEMOCRACIA NO BRASIL[1]

FROM 'TEMPO REI' TO THE MULTIPLE (DE)FORMATIONS OF MEANINGS ABOUT DICTATORSHIP AND DEMOCRACY IN BRAZIL

Ana Paula da Rosa[2]

Resumo: Este trabalho analisa as tensões desencadeadas sobre a Anistia no país. Debate que tem ocupado a pauta política, jornalística e a esfera da atorização social (Rosa, 2024). E é sobre essa que iremos lançar nosso olhar tomando como recorte a turnê de Gilberto Gil intitulada "Tempo Rei". Em 2025, o cantor voltou aos palcos reatualizando canções como símbolo do enfrentamento à dissolução da experiência da ditadura e da ideia de anistia reivindicada pós atos de 8 de janeiro. Dos shows-protesto para as redes, verifica-se uma luta por produzir significações para a expressão anistia. Esse termo não aparece sozinho, ele se firma em charges, fotografias e montagens. Assim, ao observar os circuitos interacionais em torno do show, busca-se refletir sobre que tempo rei falamos no que se refere à luta por democracia no Brasil na ambiência da midiatização?
Palavras-chave: Midiatização; Ditadura; Anistia.

Abstract: This work analyzes the tensions triggered around Amnesty in the country. Debate that has occupied the political, journalistic, and social authorization spheres (Rosa, 2024). It is this debate we turn our attention to, using Gilberto Gil's tour titled *Tempo Rei* as our lens. In 2025, the singer returned to the stage, reviving songs as symbols of resistance against the erasure of the dictatorship experience and the notion of amnesty claimed after the events of January 8. From protest concerts to social media, we observe a struggle to produce meanings for the term *amnesty*. This term does not appear in isolation; it is embedded in cartoons, photographs, and digital montages. Thus, by examining the interactive circuits surrounding the show, we seek to reflect on what *tempo*

[1] Conferência apresentada no VII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFSM e ECA-USP na "MESA 1 — Democracia e autoritarismo: identidades, coletivos e diferenças interseccionai".

[2] Professora e pesquisadora no Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no PPG em Comunicação (PPGCOM/UFRGS). LATTES: http://lattes.cnpq.br/2166615059295438; ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7461-2278; e-mail: anarosa@ufrgs.br.

rei we are referring to in the context of the fight for democracy in Brazil within the environment of mediatization.
Keywords: Mediatization; Dictatorship; A*mnesty*.

O contexto político no Brasil tem evidenciado uma intensa disputa de sentidos. Não se trata somente de uma polarização binária entre esquerda e direita, bem ou mal, vítimas e algozes, mas de uma luta em torno de imaginários e memórias. Isto é, a dimensão histórica da política no Brasil e de seu processo de formação, recorrentemente, é atingida. Falas, entrevistas, pronunciamentos, campanhas, vídeos no TikTok, conversação nas ruas e nas redes, shows musicais são, cada vez mais, espaços para o debate social e, especialmente, midiático em torno da democracia ou de sua falta no país. Porém, ao se falar em democracia e na extensão desse termo é preciso voltar no tempo, o tempo rei que aparece no título deste artigo.

A democracia é recente no Brasil. E talvez por isso esteja sempre em tensão. O historiador e pesquisador da UFF, Daniel Aarão Reis, em entrevista à revista Época, em 2014, sintetiza muito bem o debate em torno da democracia no Brasil. Para ele, a sua consolidação é uma história da carochinha. Concretamente a democracia surge no fim dos anos 70, com a revogação dos atos institucionais, o fim do estado de exceção em 1979 e mais amplamente com as eleições para Diretas Já em 1985 e a Constituição Federal de 1988. Para além das datas, entretanto, o autor enfatiza que o estado de direito democrático estabelecido após a chamada constituição cidadã

> se conservou vários cacos da ditadura incrustados na atual ordem democrática, que muito a fragilizam. Entre esses cacos, estão a permanência da tutela militar sobre a ordem constitucional, a vigência da Lei de Segurança Nacional, a hipertrofia do Executivo, que esmaga o Legislativo, a repressão desatada aos movimentos populares, as concepções de desenvolvimento econômico, o aristocratismo de nossas elites políticas, militares e sindicais. São legados pesados, que fragilizam a democracia brasileira. O antídoto a esse estado de coisas é a "democratização da democracia.

A democratização da democracia trazida à tona como uma problemática há 11 anos, no período marco dos 50 anos do golpe de 1964, continua mais atual do que nunca. Em 2014 boa parte do que estamos experimentando hoje não podia sequer ser concebido.

O estágio da midiatização não era tão intensificado, a ascensão aos espaços das redes sociais ainda era bastante inicial em termos de práticas e a extrema direita, embora presente, não estava no poder. Contudo, após o impeachment de Dilma, em 2016, os cacos da tutela militar foram aos poucos se juntando para compor a figura de Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018. No lugar do antídoto proposto por Reis, uma ampliação da democracia efetiva, identificamos táticas de apagamento do tempo passado, em especial do período de 20 anos da ditadura militar no país. Neste sentido, o próprio Reis nos ajuda a pensar a diferença entre história e memória. A primeira trabalha com evidências e interpretações. A segunda, com seleções, silêncios e esquecimentos. Na articulação da história e memória, podemos argumentar a formação de um imaginário social, fortemente alimentado por um imaginário midiático (em discursos, reportagens, vídeos e imagens) tecido pelas experiências comunicacionais cotidianas.

Assim, o imaginário social da ditadura no Brasil é permeado não só pelos discursos e debates político-partidários, mas pelas recordações, vivências, conversações sociais. A questão é que a passagem do tempo vai também "conformando" a produção de sentidos sobre o regime militar. Nota-se que a todo momento "o período de escuridão no Brasil" volta a ser pauta, seja em falas de parlamentares, em campanhas políticas (como o que vimos em 2018 e 2022), seja em filmes e séries televisivas. Contudo, essa presença quase que constante ao invés de ampliar as perspectivas sobre o que teria sido a ditadura a fim de aprender com ela, torna-se uma espécie de imagem-barreira ou totêmica (Rosa, 2012). A sociedade como um todo parece ter resistido, desde sempre, à violência do regime. Do mesmo modo, a cultura política parece nunca ter tido posições autoritárias de base, seja na direita ou na esquerda. O que estamos argumentando, ironicamente, é que os 20 anos de duração do regime militar no país, embora muito vivos na memória daqueles que sofreram na pele suas marcas, para muitos de nós (inclusive eu) é uma narrativa, cujos livros, biografias e filmes tentam dar um corpo. Mas que corpo? O tempo que tudo cura, tudo explica, aqui tudo funde, na mistura do passado, do presente e do futuro.

A alegação de que a democracia no Brasil é história para criancinhas reside na ideia de que as intolerâncias e as tendências autoritárias que ancoraram o golpe de 1964 e a ditadura ainda permanecem vivos e vigorosos na sociedade atual. Dentre os muitos

lugares em que essas marcas se tornam perceptíveis podemos destacar a circulação discursiva e midiática possibilitada pelo cenário complexo da midiatização (Gomes, 2017). Tome-se como exemplo os atos, tidos como antidemocráticos, de 8 de janeiro de 2023 que resultaram no ataque aos Três Poderes – Legislativo, Executivo e Supremo Tribunal Federal. Para além daqueles que foram efetivamente às ruas, depredando bens públicos e simbólicos, muitos outros tiveram protagonismo no conforto de suas casas, protegidos por telas, espalhando discursos de ódio e intolerâncias a todos os tipos de diferenças[3]. Em livro, Reis (2014, p 16) enfatiza que a própria democracia no país surge atrelada a permanências: de um lado as liberdades individuais, de outro um estado de bem-estar social. "Da ditadura se fez a democracia. Cordialmente, macunaimicamente[4], brasileiramente." É nessa irritação entre democracia e ditadura que esse trabalho problematiza as (de)formações de sentidos, tomando como observável os circuitos interacionais em torno da noção de anistia, apropriada por movimentos de direita, e dos shows da turnê intitulada "Tempo-Rei" do cantor brasileiro Gilberto Gil.

2 QUE ANISTIA É ESSA DE QUE SE FALA?

Com a ampliação do acesso (Verón, 2013) nota-se uma intensificação dos usos e apropriações das mídias digitais, transformando-as em espaços discursivos em que sujeitos comuns adquirem conhecimentos do âmbito comunicacional vinculados às práticas como o jornalismo e a publicidade, para também agenciar o fluxo da produção de sentidos. Sobre isso Ferreira e Rosa (2013) já falavam da produção -consumidora e do consumo- produtivo como complexificações da própria midiatização. Aqui, porém, interessa pensar nesse consumo-produtivo que não apenas apresenta perspectivas alternativas, mas que opera em função de lógicas do campo político, desenvolvendo operações imagéticas e discursivas a partir de colagens, descontextualizações e sobreposições de imagens e textos. Tais operações não visam apenas a distorção como em uma notícia falsa, mas tem por princípio reelaborar a história, procedendo táticas de deformação.

[3] Ver isso mais no artigo publicado no livro Planalto Riots

[4] Termo que se refere à obra Macunaíma de Mário de Andrade uma narrativa nacionalista crítica que apresenta um índio como herói sem caráter, numa metáfora ao povo brasileiro.

Deformar aqui significa torcer o fato e a história para criar memórias-próteses, que pela ampla circularidade tentam se sobrepor à elementos consolidados no imaginário. A circularidade envolve a repetição, o eterno retorno, a insistência em determinados pontos e imagens, de tal maneira que uma mesma lei, por exemplo, passa a ser lida e interpretada sob novos moldes. Isso significa que a circulação, como lócus onde o sentido é tecido socialmente (ROSA, 2019), passa a ser a base do processo comunicativo e, consequentemente, das polarizações que derivam em incomunicação. Aliás, a polarização não é apenas um conjunto de posições contrárias. Para Braga (2020, p. 25) não há debate na polarização, pois há um apagamento do outro e logo, das possibilidades interacionais inerentes à comunicação. Neste sentido, os movimentos de deformação se caracterizam por uma disputa de sentidos sem debate, ou seja, trata-se de substituir uma ideia, subverter conceitos para criar, por insistência, outros valores. O interessante é que estamos olhando para um fenômeno comunicacional cujo foco não é gerar comunicação, mas valer-se das dinâmicas comunicacionais para impor ações autoritárias, mobilizado recursos emocionais e de crença. Podemos pensar aí em estudos como o de Érica Bianco[5] cujo foco estava exatamente observar apelos a metáforas religiosas e morais nas eleições de 2022.

Para observar essa processualidade nos debruçamos sobre as tensões desencadeadas no debate sobre Anistia no país. Tal debate tem ocupado a pauta política, jornalística e a esfera da atorização social (Rosa, 2024) desde os atos de janeiro de 2023 e, especialmente, em 2025 quando a tentativa de golpe de Estado, a mando do ex-presidente Jair Bolsonaro, vem sendo investigada pelo Supremo Tribunal Federal. Mediante a urgência do julgamento dos presos na ação de 8 de janeiro, diferentes projetos de Lei vêm sendo apresentados no Senado (proposta de Hamilton Mourão - Republicanos) e na Câmara de Deputados (proposta do major Victor Hugo - PL-GO) com a intenção de assegurar a anistia aos envolvidos no caso. Valendo-se do texto da Lei da Anistia de agosto de 1979, portanto no fim do regime militar, os políticos simpatizantes do ex-presidente buscam desenvolver uma espécie de colagem/remix a partir da subversão da ideia de anistia. Esse conceito emerge no fim dos anos 70 como uma espécie

[5] Tese defendida em 2023 no PPGCC UNISINOS

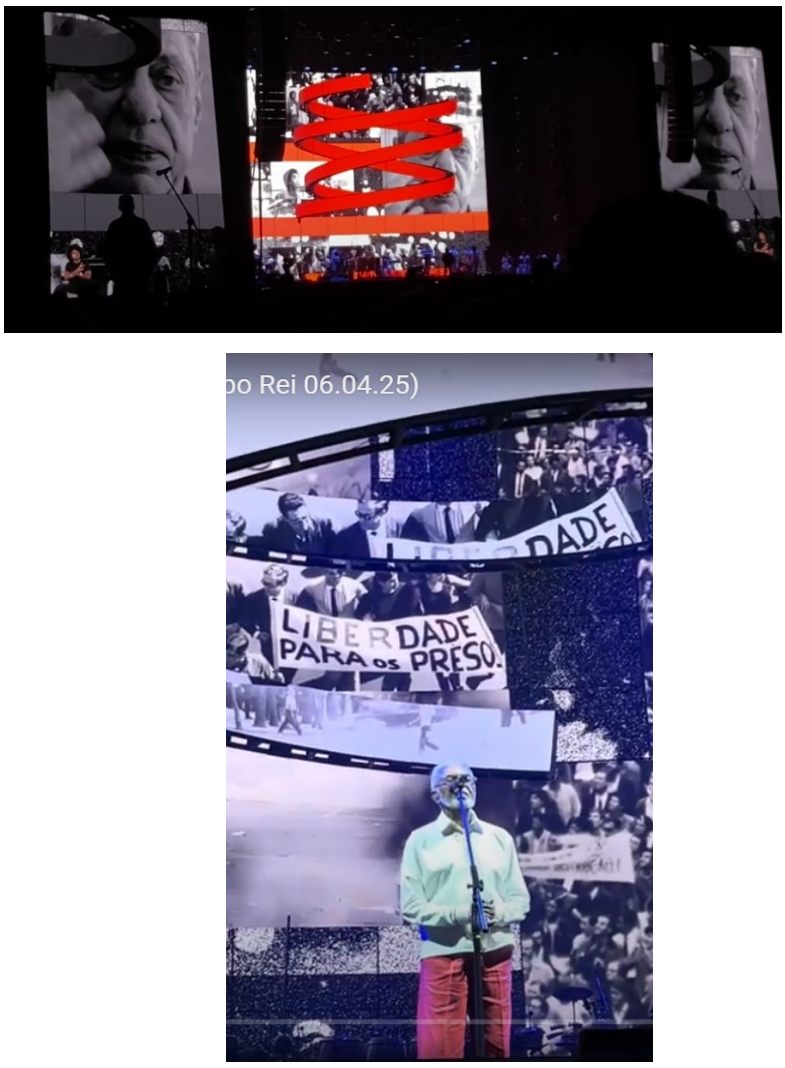
de perdão político aqueles que haviam cometidos “crimes” (inclusive de críticas) no período da ditadura, possibilitando o retorno de exilados e a libertação de diversos presos políticos. A lei de 1979 embora represente uma tentativa de reparação, foi também entendida como um obstáculo à responsabilização dos autores das violações dos direitos humanos, aqui entendido como próprio Estado, afinal o perdão acabou se estendendo tanto para as vítimas quanto para os algozes. É marco dessa lei o fornecimento de um atestado de “paradeiro ignorado” ou de “morte presumida” aos chamados desaparecidos políticos, dos quais nem mesmo os restos mortais foram identificados.

Ao se apropriar da expressão da Anistia para pedir o perdão político e criminal dos envolvidos nos ataques de janeiro de 2023, os movimentos políticos de direita passam a estimular que os atores sociais ressignifiquem não só o termo, mas também o passado. Desenvolvendo comparações entre incomparáveis, os debates nas redes sociais têm planificado a história, na tentativa de, por meio de memórias- próteses, atribuir sentidos outros aos presos políticos do regime militar. Dentre estes presos, podemos citar o cantor Gilberto Gil.

3 O SHOW TEMPO-REI E SUA EXTENSÃO NAS REDES

Passados mais de 60 anos do início da ditadura no Brasil, Gilberto Gil lançou em 2025 a turnê intitulada “Tempo Rei”. Os shows em celebração à carreira do cantor estão sendo realizados em 10 capitais brasileiras, além da Europa e dos Estados Unidos. Iniciada em março, a turnê é considerada uma das últimas do artista. O tempo rei aqui aparece como metáfora tanto para a longa trajetória do cantor, quanto para os desafios sociais e políticos que suas canções retratam, faz também referência a um trecho da música de mesmo nome, lançada em 1984. No *setlist* do show, há diversas canções emblemáticas, entretanto, a apresentação da música Cálice tem gerado ampla repercussão. No show, em um telão aparecem imagens e vozes de Chico Buarque, além de Vladimir Herzog (jornalista torturado e morto em 1975) e de diferentes momentos da Ditadura.

Figura 1 — Fragmento de vídeo do Show de Gilberto Gil



Fonte: Vídeo do Youtube.

A apresentação se encerra com a imagem do próprio Gil como presidiário, fechando o mosaico. As imagens convocadas em 2025, em preto e branco, transformam a dinâmica do show em um evento de protesto. Isto porque o público, além de entoar a canção, passou a gritar “Sem anistia” em referência ao projeto de lei em tramitação que pede o perdão criminal dos envolvidos no 08 de janeiro.

A partir do estopim do show, vídeos registrados com celulares passaram a agenciar um intenso circuito em torno do debate sobre a Anistia, intensificando a operação de deformação dos sentidos antes mencionada. Ante os vídeos de registro e as coberturas jornalísticas, irrompe na circulação a polêmica de: para quem serve a anistia? A lei de 1979 pode ser aplicada em 2025, considerando-se outro contexto sócio-histórico? Embora o jornalismo tenha considerado os protestos como um acontecimento, é nas mídias digitais que os fluxos vão ganhando força e que a polarização se acentua a partir de dois movimentos: de um lado, pessoas contrárias à Anistia e que tentam defender Gil, bem como os argumentos de que a memória da Ditadura não pode ser comparada. De outro, atores sociais vinculados à direita que associam a lei da Anistia de 1979 ao terrorismo, ao fim da família e que buscam imagens de arquivo para questionar o imaginário da ditadura quanto as regalias dos anistiados como Gilberto Gil. Isto é, surgem circuitos em diferentes mídias a favor e contra a anistia dos presos vinculados aos ataques de 2023. Contudo, nas postagens fica visível os movimentos de apagamento, reelaboração, transformação e, consequentemente, discursos de ódio.

A partir de fragmentos do show e, em especial da música Cálice, o mosaico de imagens de perseguidos políticos desloca-se do espaço “controlado” do palco e do show para a circulação através dos fluxos das redes, gerando intensas interações.

Figura 2 — Print de postagem de atores sociais



Fonte: Vídeo do Youtube

A postagem acima destaca que o cantor "conectou passado e presente" e que as imagens reforçam "a mensagem de democracia: ditadura nunca mais, sem anistia!". Nota-se a dimensão imagética no acionamento de imaginários midiáticos e sociais anteriores e como o tempo-rei, provoca a pensar essa conexão, naquilo que Aby Warburg (2015) consideraria como uma força dos intervalos do tempo. Ele dura, se inscreve em materiais e volta à tona. Dessa postagem derivam outras como "a vida ainda presta" em repercussão ao show-protesto. Até o cantor Caetano Veloso se manifestou nas redes.

Figura 3 — Post de Caetano Veloso

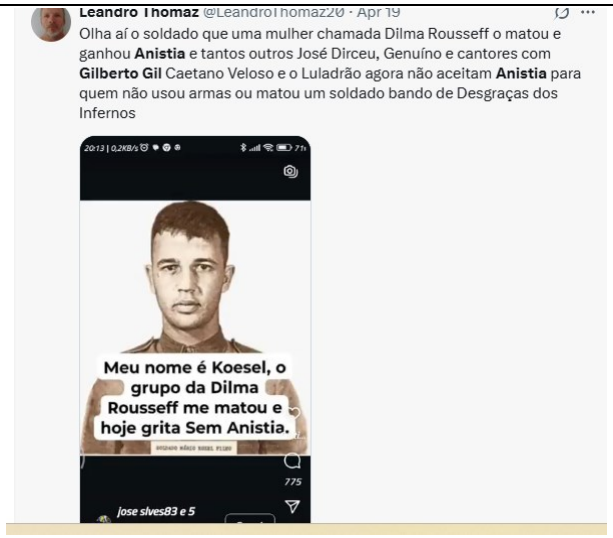


Fonte: Perfil no “X”.

Caetano enfatiza as manifestações do Sem anistia, considerando tais expressões como um eco que deve ecoar em nome da história. “Quem ama música brasileira e sua história não admite que sejam anistiados os que planejaram o golpe de estado”. Isso porque o próprio Caetano viveu o outro lado da força do Estado. Tais circuitos vão puxando outros, que se acoplam nos movimentos de circuitagem (Milani, 2024), ou seja, em acionamentos concomitantes, quase em rede, carregando sempre circuitos precedentes.

Em contrapartida, um outro circuito se forma a partir da crítica aos posicionamentos de Gil e de seus públicos, derivando em agenciamentos de outros sentidos concorrentes. O movimento vinculado a Bolsonaro desencadeia uma operação de torção, tanto do que teria sido a ditadura, quanto da própria presença de artistas como Caetano, Chico e Gil entre presos políticos exilados e, posteriormente, anistiados pelo Estado brasileiro.

Figura 4 — Post crítico à anistiados da ditadura



Fonte: Perfil no “X”.

Neste mesmo sentido, outros artistas passam a se manifestar em apoio a Gil a partir dos circuitos das polêmicas. É o caso de Anita, que nas eleições de 2022 foi cobrada publicamente por seu não posicionamento. Em show durante o carnaval da Bahia, a artista acompanhou o público no grito do Sem anistia.

Figura 5 — Post crítico à Anitta



Fonte: Perfil no “X”.

Nesta postagem nota-se a referência à religiosidade e a moral. A promíscua de um lado, e as senhoras com bíblia nas mãos nos atos de 2023. Analogia similar aparece na postagem de outra pessoa que considera os anistiados pela lei de 1979 terroristas, enquanto os envolvidos nos ataques aos Poderes como sujeitos armados "com batom e algodão-doce".

Figura 6 — Post crítico aos anistiados de 1979



Fonte: Perfil no "X".

A narrativa da direita visa mobilizar os sentidos em torno de patriotas que saíram às ruas para defender o país daqueles terroristas que eram combatidos pela ditadura. Nota-se aí a inversão completa dos fatos para produzir uma operação de deformação. Há sempre o uso da relação: os guerrilheiros x os presos políticos de 2023; os armados x os que empunhavam a bíblia; a promíscua x as mães de família; direita x esquerda. Nisso os valores democráticos viram o outro lado da moeda do autoritarismo. Os sentidos de passado e presente sobrepõem-se. A disputa abandona o espaço do entretenimento e vai, entre memes e produções imagéticas, ganhando tons de ofensa, Fake News e disseminação de ódio.

As elaborações discursivas tentando eliminar as diferenças entre o projeto de Anistia de 2025 e a lei de reparação de 1979 alertam para a ignorância histórica, isto é para o desconhecimento histórico do processo. Na ausência de referências, a memória é reconfigurada pela distorção. Os mesmos valores antes criticados, são agora apropriados para considerar a Anistia um movimento do povo para o povo.

4 MAS O QUE TUDO ISSO INDICIA?

Retomando aqui os fios da midiatização que costuram esses fragmentos de imagens e textos disponíveis no X e em outras mídias digitais, podemos pensar que

estamos diante de um conflito midiatizado (Hjavard, 2015; Rosa, 2024). Isto é, o enfrentamento surge a partir de um evento de entretenimento pensado, taticamente, dentro das lógicas da midiatização e do agenciamento de fluxos. Mesmo que Gilberto Gil não se manifeste, o faz quando opta pelo mosaico de imagens da ditadura, pela escolha da música tema da turnê "tempo-rei". A produção do show não é neutra e nem seria por se tratar de um artista fortemente posicionado e que, inclusive, foi ministro da Cultura. Contudo não é a simples presença de elementos críticos e mobilizadores de imagens que reavivam as memórias do passado. É o próprio presente que o faz, quando o projeto de lei em tramitação tenta apagar a ideia de anistia, deslocando seu sentido de reparação do Estado para um sentido de perdão político e criminal, ou seja negando a Ditadura.

Nisso, o público do show reage, manifesta-se no espaço público conformado pelo evento. Mas a partir da didatização da cultura da mídia (Fausto, 2018), já não se trata de conformar, o sentido escapa e vaza para os territórios das redes, da atorização social, dos movimentos políticos, já que a circulação é impossível de ser contida. Os vídeos que vazam alçam o show de Gil ao assunto mais falado no país, ao mesmo tempo viram insumo para uma campanha pela Anistia dos presos de 8 de janeiro. Ao invés de saltos e avanços, na dimensão política os intervalos são marcados pela ressignificação ideológica, pelas operações midiáticas de torção, táticas que reiteram os cacos da ditadura incrustados nos discursos democráticos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. Lógicas da mídia, lógicas da midiatização. In: FAUSTO NETO, A. et al. (orgs.). **Relatos de Investigaciones sobre mediatizaciones**. Rosário: UNR Editora, Editorial de la Universidad de Rosário, 2015. p. 15-32.

BRAGA, José Luis. Polarização como estrutura da intolerância: uma questão comunicacional. IN: HELLER, Bárbara; CAL, Danila; ROSA, Ana Paula da. **Midiatização (in)tolerância**. Salvador: EDUFBA, 2020. P 19-35.

DOS SANTOS FERNANDES, L. Para além da música: Gilberto Gil e o teatro durante a ditadura civil-militar (1964-1967) . **Mosaico**, *[S. l.]*, v. 16, n. 26, p. 154–171, 2024. DOI: 10.12660/rm.v16n26.2024.92279. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/92279. Acesso em: 22 maio. 2025.

FAUSTO NETO, Antônio. Mediações, midiatização: conceitos entre trajetórias, biografias e geografias. In: FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula; FAUSTO NETO,

Antônio; BRAGA, José Luiz e GOMES, Pedro Gilberto. **Entre o que se diz e o que se pensa**: onde está a midiatização. Santa Maria: FACOS, 2018. P 63-99.

FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula. Midiatização e poder: a construção de imagens na circulação intermidiatica. TEMER, Ana Carolina Rocha (org). **Mídia, Cidadania & Poder**. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011.

HJARVARD, Stig; MORTENSEN, Mette. **The Dynamics of Mediatized Conflicts**. New York: Peter Lang, 2015.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROSA, Ana Paula. Transbordamentos da narrativa jornalística: das incompletudes à atorização ante um dilúvio de imagens. Anais SBPJOR. UFPA: Belém do Pará, 2024.

ROSA, Ana Paula. Midiatização das imagens: o contra-agenciamento em circulação do caso Marcos Vinicius. IN: SÁ, Simone.; AMARAL, Adriana., JANOTTI, Jeder. **Territórios Afetivos da Imagem e do som**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

ROSA, Ana Paula. Circulação: das múltiplas perspectivas de valor à valorização do visível. **Intercom:** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 42, n. 2, p.21-33, maio/ago. 2019

ROSA, Ana Paula**. Imagens-totens**: a fixação de símbolos nos processos de midiatização. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – UNISINOS, 2012. Disponível em http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3429?show=full Acesso em 22 nov. 2023.

VERÓN, Eliseo. **La semiosis social 2**: ideias, momentos interpretantes. Cuidad Autonoma de Barcelona: Paidós, 2013.

VERON, Eliseo. **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

WARBURG, Aby. **Histórias de fantasma para gente grande**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.